



**UNIVERSIDADE
E D U A R D O
M O N D L A N E**

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Sociologia

**Título: A Sociedade Civil no Processo de Desenvolvimento Humano: *O Caso da
Contribuição da UNAC no Bem-Estar dos Seus Associados***

Autor: Stélio Ernesto Chambal

Monografia Apresentada Em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a Obtenção do Grau de
Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: Ph. D Orlando Nipassa

Maputo, Fevereiro de 2021

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

Título: A Sociedade Civil no Processo de Desenvolvimento Humano: O
Caso da Contribuição da UNAC no Bem-Estar dos Seus Associados

Monografia Apresentada Em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a
Obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autor: Stélio Ernesto Chambal

Supervisor: Ph. D Orlando Nipassa

Maputo, Fevereiro de 2021

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

**Título: A Sociedade Civil no Processo de Desenvolvimento Humano: *O*
*Caso da Contribuição da UNAC no Bem-Estar dos Seus Associados***

Monografia Apresentada Em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a Obtenção
do Grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autor: Stélio Ernesto Chambal

O Juri

O Supervisor

O presidente

O Oponente

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Stélio Ernesto Chambal, estudante da Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, declaro por minha honra que este trabalho de fim de curso de Licenciatura em Sociologia foi por mim elaborado. Não foi apresentado por nenhum outro autor ou instituição e está indicada toda bibliografia e métodos para a sua realização.

(Stélio Ernesto Chambal)

DEDICATÓRIA

Ao meu avô Carmona Bila, por todo amor, carinho, confiança e paciência em todos estes anos da minha existência e formação.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela vida e por todos os recursos que me deu para a realização deste trabalho. Agradeço a minha noiva que, embora tenha chegado recentemente neste processo, foi muito crucial para o mesmo. O seu computador foi-me muito importante para a realização deste trabalho. Muito obrigado, amo-te bastante. Agradeço aos manos Jone, Maurício, Adriana, Fernando, Almerindo, Tio Adérito, Dalila, Carla, Alda Senda Cardoso, Pastora Maura e a ICEF Microcrédito. Sem os vossos *computadores* não teria escrito este trabalho.

Agradeço aos meus mentores Siloé Betel e Ana Yeshua por me ensinarem os caminhos da vida e a importância de me formar. Agradeço a minha mãe Sandra por ser uma grande inspiração para mim, admiro-te bastante. Agradeço também ao meu avô. Minha educação não teria sido possível sem ti. Muito obrigado! Agradeço aos meus tios Jorge, Ilídio, Inês e Adérito por me ajudarem a custear a universidade.

Agradeço ao Ph. D Nipassa, meu supervisor, pela paciência, críticas e todas reprovações dos trabalhos anteriores com vista a minha melhoria. Meu muito obrigado professor! Aprendi bastante neste processo. Agradeço também a todos os professores de sociologia por me terem ensinado esta ciência maravilhosa. Destaco o Dr. Baltazar para representar a todos.

Agradeço a turma de sociologia laboral de 2012, em especial ao Stélio Macamo, pelas críticas ao meu projecto de pesquisa, a Virgínia Muxlhanga por ter patrocinado o meu trabalho de campo e a dona Helena por toda ajuda na minha formação.

Por fim, agradeço a UNAC e seus associados, pela abertura e disponibilidade em participar da minha pesquisa.

Muito obrigado a todos!

EPIGRAFE

Desenvolvimento Humano é uma construção...

Resumo

Neste trabalho analisamos a contribuição da União Nacional de Camponeses (UNAC) no bem-estar dos seus associados. Fizemos revisão de literatura sobre sociedade civil (SC) moçambicana e identificamos duas opiniões distintas. A que argumenta que a SC é fraca e não tem autonomia de suas actividades e a que contra-argumenta que a SC tem autonomia das suas estratégias de actuação. Uma das dimensões dessa autonomia é considerar a expansão e usufruto de liberdades substantivas para as partes mais vulneráveis da sociedade. Partimos desta para fazer a nossa análise. Procuramos saber em que medida as camadas mais vulneráveis da sociedade são beneficiadas pela capacidade autónoma da SC. Assim sendo, tomamos o caso da UNAC para análise e elaboramos a seguinte pergunta de partida: como é que a UNAC contribui para o bem-estar dos seus associados? Nossa teoria é a dos movimentos sociais de Alain Touraine. Nossa metodologia é qualitativa e a entrevista semi-estruturada a técnica de colecta de dados. Os principais resultados mostram que a UNAC em suas actividades apresenta um substrato equivalente ao do papel do sujeito referido nos movimentos sociais. E contribui para o bem-estar dos seus associados ao garantir o usufruto de liberdade substantivas fundamentais para produtividade e segurança dos camponeses. Na Educação, na área técnica, capacita os camponeses em produção agro-ecológica e sustentável, associativismo e liderança; na Saúde, capacita os camponeses em nutrição; na Justiça, concede-lhes assistência jurídica e facilidades no acesso a justiça. Em termos de renda, os camponeses entrevistados praticam agricultura de subsistência. A UNAC apoia-lhes com a posse de terra arável, sementes, instrumentos agrícolas e técnicas de cultivo. Realiza feiras para individual ou colectivamente, venderem seus produtos e custearem suas despesas. Com estes resultados confirmamos nossa hipótese de que a UNAC contribui para o bem-estar de seus associados ao garantir-lhes usufruto de liberdades substantivas como: Educação, Saúde, Justiça e Renda.

Palavras-chave: *Sociedade Civil, UNAC, Sujeito e Desenvolvimento Humano*

Abstrat.

In this work we analyze the contribution of União Nacional de Camponeses (UNAC) in the well-being of its members. We first reviewed the literature on Mozambican Civil Society (CS) and identified two distinct opinions. The one that argues that CS is weak and has no autonomy of its activities and the one that argues that CS has autonomy in its action strategies. One of the dimensions of this autonomy is to consider the expansion and enjoyment of substantive freedoms for the most vulnerable parts of society. We started from this to do our analysis. We seek to know to what extent the most vulnerable strata of society benefit from the autonomic capacity of SC. Therefore, we took the case of UNAC for analysis and elaborated the following starting question: how does UNAC contribute to the well-being of its members? Our theory is Alain Touraine's social movements. Our methodology is qualitative and the semi-structured interview is the data collection technique. The main results show that UNAC, in its activities, presents a substrate equivalent to the role of the subject referred to in social movements. And it contributes to the well-being of its members by guaranteeing the enjoyment of substantive freedom fundamental to the productivity and security of peasants. In Education, in the technical area, UNAC trains peasants in agro-ecological and sustainable production, associativism and leadership; in Health, it trains farmers in nutrition; in Justice, it grants legal assistance and facilities in access to justice. In terms of income, the peasants interviewed are practitioners of subsistence agriculture, UNAC grants them arable land, seeds, agricultural tools and cultivation techniques. It holds fairs for peasants, individually or collectively, to sell their products and defray their expenses. With these results, we confirm our hypothesis that UNAC contributes to the well-being of its members by guaranteeing them the enjoyment of substantive freedoms such as: Education, Health, Justice and Income.

Keyword: *Civil Society, UNAC, Subject and Human Development*

Lista de Siglas e Acrónimos

CEDE – Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento

DH – Desenvolvimento Humano

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

G20 – Grupo dos 20

HIV – Human Immunodeficiency Virus (Vírus de Imunodeficiência Humana)

MARP – Mecanismo Africano de Revisão de Pares

ODM – Organizações Democráticas de Massa

OJM – Organização da Juventude Moçambicana

OMM – Organização da Mulher Moçambicana

OP – Observatório da Pobreza

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta

PARP – Plano de Acção para a Redução da Pobreza

PP – Políticas Públicas

PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

RAP – Relatório Anual da Pobreza

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SC – Sociedade Civil

UCAM – União das Cooperativas Agrícolas de Marracuene

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UNAC – União Nacional de Camponeses

USAID – United States Agency For International Development

Lista de Tabelas e Figuras

N° da Tabela/Figura	Identificação	Pag.
Tabela 1	Tabela do Perfil socio-demográficos dos Entrevistados	26/27
Figura 2	Gráfico de Sexo dos Entrevistados	27
Figura 3	Gráfico do Nível de escolaridade dos Entrevistados	28
Figura 4	Camponeses na Formação sobre Associativismo	34
Figura 5	Camponeses na Formação sobre Liderança	35
Figura 6	Produção Agro-ecológica de Bata-doce de Polpa alaranjada	35
Figura 7	Camponeses na Formação em Nutrição	36

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA	I
DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
EPÍGRAFE	IV
Resumo	V
Abstrat.	VI
Lista de Siglas e Acrónimos	VII
Lista de Tabelas e Figuras	VIII
INTRODUÇÃO	9
1. Da Revisão da Literatura a Formulação do Problema	11
2. Enquadramento Teórico e Conceptual.....	17
2.1. A Teoria dos Movimentos Sociais de Alain Touraine	17
2.2. Quadro Conceptual	19
2.3. Operacionalização dos conceitos	21
3. METODOLOGIA.....	22
3.1. Método de Abordagem.....	22
3.3. Método de Procedimento	23
3.4. Grupo Alvo.....	23
3.5. Técnica de Recolha de Dados.....	23
3.6. Constrangimentos da Pesquisa	24
3.7. Método de Análise de Dados	24
4. APRESENTAÇÃO ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	25
4.1. Breve Historial da UNAC	25
4.2. Perfil Sócio -demográfico dos Entrevistados	26
4.3. Actividades da UNAC em Defesa dos Seus Associados	31
4.3.1. Constrangimentos enfrentados pela UNAC nas suas actividades	31
4.3.2. Oponentes da UNAC.....	32
4.3.3. Estratégias da UNAC na defesa dos seus associados e impacto	33
4.4. O Usufruto das liberdades Substantivas pelos Associados da UNAC	33
4.4.1. Acesso à Educação.....	33
4.4.2. Acesso à Saúde	35
4.4.3. Acesso à Justiça	36
4.4.4. Renda	37

CONCLUSÃO	39
BIBLIOGRAFIA.....	40
Anexo	43
Texto de Apresentação.....	43
Guião de Entrevista nº 1	44
Guião de Entrevista nº 2	43

INTRODUÇÃO

Neste trabalho analisaremos a contribuição UNAC no bem-estar dos seus associados. A UNAC é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) cujo objectivo principal é representar os camponeses e suas organizações, para assegurar os seus direitos sociais, económicos e culturais. A sua estratégia principal é fortalecer as organizações camponesas, participar na definição de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento; com a finalidade de garantir a soberania alimentar, considerando a equidade de género (UNAC, 2020).

Para a realização deste trabalho fizemos revisão de literatura sobre as OSC moçambicanas na qual identificamos duas posições distintas. Por um lado há os que defendem que a Sociedade Civil (SC) é fraca (Homerim 2005, Francisco, et al, 2007, Adalima, et al, sd) e que não tem autonomia das suas actividades porque alguns dos seus líderes são-no ao mesmo tempo na esfera pública e na Frelimo (Moçambique 2009). Por outro lado há o que defende que a SC tem autonomia das suas estratégias de actuação porque influencia sempre o processo de tomada de decisões, políticas, económicas e sociais, de acordo com as circunstâncias, conveniências e interesses em jogo (Nipassa, 2011).

Neste caso, a SC comporta três dimensões autonómicas: autonomia como liberdade negativa, autonomia como liberdade positiva, e autonomia como acto social-emancipador (Nipassa, 2011). Nós questionamos a possibilidade do exercício da terceira dimensão autonómica da SC, a autonomia como acto social emancipador. Ou seja, procuramos entender em que medida as partes mais vulneráveis da sociedade são beneficiadas pela capacidade autonómica da SC? Para satisfazer a nossa curiosidade, tomamos como caso de análise a UNAC e elaboramos a seguinte questão de partida: Como é que a UNAC contribui para o bem-estar de seus associados? Nossa hipótese é que a UNAC contribui para o bem-estar dos seus associados quando garante-lhes usufruto de liberdades substantivas como: Educação, Saúde, Justiça e Renda.

Nosso objectivo geral é analisar como é que a UNAC contribui para o bem-estar dos seus associados. Nossos objectivos específicos são: descrever o perfil sócio-demográfico dos entrevistados; descrever as actividades da UNAC em defesa dos seus associados e seus principais apoiadores; descrever os constrangimentos que a UNAC enfrenta nestas actividades, as estratégias para ultrapassá-los e seus oponentes; e, por fim, avaliar o usufruto das liberdades substantivas pelos membros da UNAC.

A nossa abordagem teoria é a teoria dos movimentos sociais de Alain Touraine que diz que a sociedade é movida por um conflito interno de dominação cultural e de reivindicação das liberdades e direitos humanos. Para que movimentos sociais ocorram é necessária a produção e legitimação do sujeito porque só ele é capaz de agir em defesa das liberdades e direitos humanos (Touraine, 2010, p. 204).

O nosso estudo é qualitativo e ocorreu em três fases. Na primeira fizemos um projecto de pesquisa. Na segunda fizemos o trabalho de campo que consistiu na colecta de dados empíricos na UNAC, por meio da entrevista semi-estruturada. Na terceira e última, fizemos a sistematização dos dados, apresentação análise e interpretação dos resultados e redigimos este relatório.

O trabalho tem quatro capítulos. No capítulo 1 fazemos a revisão de literatura em jeito de histórico da SC em Moçambique de 2005 a 2015, enfatizando sua situação, características, recursos humanos e financeiros, actuação e impacto. Na sequência identificamos duas tendências argumentativas e elaboramos a problemática de pesquisa a partir duma das premissas da segunda tendência. No capítulo 2 apresentamos os movimentos sociais de Alain Touraine como a nossa teoria de base; definimos os conceitos de sociedade civil e desenvolvimento humano, que são os conceitos principais¹ do trabalho e, em seguida, operacionalizamo-los. No capítulo 3 falamos sobre a metodologia. Descrevemos o método de abordagem, de procedimento, o grupo alvo, a técnica de recolha de dados, os constrangimentos que enfrentamos na recolha de dados e o método de análise de dados.

No capítulo 4 fazemos a apresentação análise e interpretação dos resultados. Apresentamos um historial da UNAC: seu surgimento, objectivos, missão e membros. Em seguida analisamos e interpretamos os dados seguindo a ordem dos objectivos específicos acima elencados. Por fim fazemos a conclusão bibliografia e o anexo.

¹ Segundo Elísio Macamo (2004) em uma pesquisa sociológica normalmente faz-se a relação entre dois conceitos (Macamo, 2004, p. 19).

Capítulo 1

1.1. Da Revisão da Literatura a Formulação do Problema

Em 2005 no texto *Organizações da Sociedade Civil em Moçambique: Actores em Movimento*, Homerim cartografou a SC para descrever suas características. Constatou que a SC é institucionalmente frágil porque possui más condições materiais, respectivamente: precariedade das instalações, falta computadores, material de escritório e telefone; baixo nível de qualificação dos recursos humanos com a maioria que só terminou o curso elementar e não têm preparação em gestão, contabilidade ou em qualquer outra tarefa administrativa que seja fundamental para as organizações (Homerin, 2005, p. 30).

A maioria das OSC não tem fundo estável e próprio, depende dos doadores internacionais. As doações que recebem são, na maioria, destinados a projectos específicos. Por isso há um elevado número de OSC a trabalhar em áreas específicas onde há mais fundos – como é o caso dos projectos de luta contra o SIDA – e não por que sejam competentes para levar a cabo o trabalho necessário (idem, p.37). As OSC pouco participam na elaboração de políticas públicas porque não têm experiência nesta área. Apesar disso, destaca-se a participação do G20 (Grupo dos 20) na criação do Observatório da Pobreza² (OP) e na elaboração do Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). O G20 participou com mais 40 membros, vinte do Estado e vinte dos parceiros internacionais. A sua função era redigir o Relatório Anual da Pobreza (RAP) (idem, p. 50).

Em 2007 no *Índice da Sociedade Civil em Moçambique 2007*, Francisco, *et al*, defendem que a SC é fraca nas suas principais dimensões, nomeadamente: a estrutura, o ambiente, os valores e o impacto das suas acções. Eles fizeram uma análise a partir da média aritmética de 80 indicadores organizados em 27 sub-dimensões, que por sua vez se dividem nas 4 dimensões acima nomeadas. A classificação dos indicadores em termos quantitativos obedeceu a uma escala de 0 a 3: onde 0 significa fraca, muito grave; 1.5, pontuação média e 3 pontuação máxima. A média aritmética das 4 dimensões foi de 1.1.

A primeira dimensão (a estrutura) é fraca com uma média de 1.1. Os recursos humanos e financeiros da SC estão concentrados em algumas OSC. Apenas 1% das OSC recenseadas emprega um terço de todos recursos humanos das OSC moçambicanas e 1% das OSC concentra cerca de 42% dos recursos financeiros (Francisco, *et al*, 2007, p. 43). A segunda

² Actual Observatório do Desenvolvimento.

dimensão (o ambiente) também é fraca, com uma média 1.2. A generalidade da SC não participa da vida política. A relação entre a SC e o Governo é deficiente por causa da fragilidade dos mecanismos de responsabilização mútua, monitoria transparente e eficaz. Aliado a isto, há indiferença mútua entre as OSC e o sector privado, excessiva burocracia para o registo das OSC e falta de confiança dos doadores para com as OSC (idem, p. 67).

A terceira dimensão (os valores) também é fraca, com a média de 1.1. A SC moçambicana promove poucos valores, com a excepção da erradicação da pobreza. Tem pouca transparência, o que resulta na falta de cultura de prestação de contas, fraca comunicação, fraco domínio/conhecimento dos estatutos e da legislação em geral. (idem, p. 84). A quarta e última dimensão (impacto) também é fraca, com média de 1.0. É uma dimensão dependente das anteriores e, em consequência da fraqueza delas, também é fraca. Por isso, há um fraco empoderamento do cidadão e fraca capacidade de *lobby* e advocacia dos membros das OSC (idem, p.99).

Em 2007, em *O Papel da Sociedade Civil no Processo de Governação: Uma reflexão em torno do Mecanismo Africano de Revisão de Pares*, Albino Francisco³, afirma que a participação da SC moçambicana na governação do país, embora seja um processo complexo, encontra-se numa fase positiva e encorajadora (Francisco, 2007, p. 16). No período colonial a SC funcionava clandestinamente por causa do sistema colonial que proibia o surgimento de qualquer forma de manifestação. Num segundo momento, face ao regime monopartidário, a SC resumia-se a um conjunto de associações que eram braços do partido único (Frelimo). As chamadas Organizações Democráticas de Massa (ODM): Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM), etc. Com a mudança do regime monopartidário para o multipartidário e consequente mudança da Constituição da República, pela primeira vez no país, foram legalmente garantidos os direitos de liberdades individuais e de associação (Francisco, 2007, p. 7).

Nesta altura, a SC apresentava fragilidades institucionais, financeiras e humanas. Apesar do surgimento de várias ONGs e 3 iniciativas importantes: Campanha Terra, Agenda 2025 e Observatório da Pobreza. Estas iniciativas foram cruciais na união de diversas Redes, Fóruns, ONGs e Organizações Comunitárias de Base (OCB). Mas o maior marco da SC neste período foi a sua participação na elaboração do Mecanismo Africano de revisão de Pares (MARP). Aqui, abriu-se espaço para o público participar através de respostas a questionários,

³ Este autor não é o mesmo que o do estudo anterior que se chama António Francisco.

interacções em *Workshops*, comentários nos media, entre outras acções. A SC era a responsável por sensibilizar e capacitar o público participante (idem, p.12).

Em 2009 o relatório do AfriMap intitulado *Moçambique: Democracia e Participação Política* descreve algumas características das OSC e conclui que as OSC são diversas e surgiram entre os anos 1994 e 2003. Estão concentradas na cidade por causa da centralização do país, o que restringe – aliado a falta de recursos materiais e financeiros – o seu papel nas zonas rurais. A maioria delas está registada em associações, constituindo mais de 90%. Cerca de 0,4 % se organizam em fundações, 3,9% como ONG internacionais e 3,1 % como nacionais. Destas últimas, 25,2% são políticas, mas são de pequeno porte (Moçambique, 2009, p. 75).

Segundo este estudo, as OSC têm poucos recursos humanos. A média é de 10 a 15 membros que na maioria das vezes são fundadores e só operam ao nível da base. Alguns dos seus dirigentes são-no ao mesmo tempo na esfera política e pública. Destes, há os que estão filiados ao partido no poder (Frelimo), o que coloca em causa a sua autonomia. As grandes organizações – que são as das áreas do Desenvolvimento, Educação e Saúde – são as que recebem mais recursos financeiros, sendo que, as que mais concentram receitas são as ONGs estrangeiras e nacionais que recebem cerca de 54,5% e 21,9% das receitas totais, respectivamente. Apesar disso, ainda existem muitas lacunas na intervenção da SC quando se trata de promover uma real participação dos cidadãos e formular decisões políticas que os afectem (idem, p 77).

Em 2011, em *Entre a Liberdade Negativa e Positiva, a Questão da Autonomia da sociedade Civil no Processo de Desenvolvimento*, Nipassa, contraria o relatório do AfriMap e diz que a SC moçambicana tem autonomia das suas estratégias de actuação na medida em que, na sua articulação com outros intervenientes, influencia sempre o processo de tomada de decisões: políticas, económicas e sociais de acordo com as circunstâncias, conveniências e interesses em jogo. A SC é um conceito vasto que envolve uma diversidade de espaços, actores, e formas institucionais, por isso é necessário defini-la como um espaço de luta pela conquista e usufruto das liberdades, direitos individuais e colectivos. Daí que envolve variados graus de autonomia (Nipassa, 2011).

A autonomia neste caso, é a capacidade de se orientar por leis próprias. Mas não uma capacidade absoluta, ilimitada ou auto-suficiente, uma vez que se depara com condicionalismos seja no plano material das leis naturais, civis e convenções sociais. Estes

condicionalismos remetem o conceito de autonomia a possibilidade de negociações e consentimento entre as partes. Ora, onde há negociação há sempre interesses em jogo e por isso uma margem de cedências. Daí que a autonomia pode conviver com a sua oposta, a heteronomia, que significa, de forma literal, a lei que procede dos outros (idem).

A SC comporta três dimensões de autonomia: autonomia como liberdade negativa que é a capacidade de pensar, imaginar e criar projecto sem impedimentos legal ou formal; autonomia como liberdade positiva que remete para a disponibilidade de recursos necessários para a implementação de tais projectos livremente pensados, criados e imaginados; e, autonomia como acto social-emancipador, onde a SC procura, ou não, tomar em consideração nos seus empreendimentos a necessidade de luta pela expansão e usufruto das liberdades substantivas pelos demais membros da sociedade, sobretudo os mais vulneráveis (Nipassa, 2011).

Dois exemplos mostram o exercício de autonomia da SC. O primeiro é denominado Campanha Terra cujo objectivo é a não privatização da terra como forma de defender e assegurar o seu acesso e posse pelas pessoas mais desfavorecidas. Começou em 1992 quando a Land Tenure Centre, instituição ligada a USAID e outras ONG internacionais fizeram pressão para que a titulação individual fosse a forma de assegurar os direitos a terra. O segundo exemplo é a disputa entre os produtores de açúcar por um lado e o FMI e o Banco Mundial por outro lado, por causa das políticas do mercado açucareiro traçadas pelo Governo. A coordenadora do sector açucareiro pressionou o Governo a aprovar uma política industrial do açúcar que consistia na definição de açucareiras prioritárias para priorização e reabilitação de modo a: evitar a capacidade excessiva e deterioração dos preços aos produtos; estabelecimento de uma política de preços baseada numa taxa aduaneira flexível sob o preço das importações de tal maneira que fosse partilhada entre os produtores e o Estado. Ao invés de ser apropriada pelos comerciantes nacionais e pelas indústrias externas. O FMI e o Banco Mundial discordaram dos preços alegando que fossem inconsistentes com a liberalização do mercado. Contudo os interesses da SC prevaleceram (idem).

O último estudo da lista é: *A Participação da Sociedade Civil na Elaboração do Plano de Acção para a Redução da Pobreza PARP (2010-2014)*. Nele, Adalima, et al (sd) argumentam que, de uma forma geral, a participação da SC na elaboração do PARP (2010-2014) foi fraca e tendencialmente mais reactiva aos documentos propostos pelo Governo. As causas dividem-se em dois planos: interno e externo. As do plano interno estão relacionadas com a

débil estrutura das OSC. As do plano externo estão relacionadas com a gestão da elaboração do PARP pelo Governo (Adalima e Nuvunga, sd).

O plano interno nos leva ao G20, representante da SC no processo elaboração do PARPA II (2006-2009). Em 2008 o G20 começou a desenvolver certa instabilidade ligada a sua legalização e institucionalização, que acentuou-se até finais de 2009 e inícios de 2010. Os dois anos cruciais do processo de análise pois dão fim ao PARPA II e início ao PARP. Nos finais de 2010 o G20 encerrou as actividades. Em 2012, o papel do G20 foi transferido ao grupo Moçambicano da Dívida (GMD) (idem).

Com a instabilidade do G20 restringiu-se a participação da SC e limitou-se a capacidade de mobilização das OSC e a organização de uma agenda comum para o processo de elaboração do PARP. Esta restrição resultou numa participação deficiente e individualista das OSC. A esta altura, o que se via era uma deficiente utilização da pouca capacidade que possuíam, desistência de algumas OSC ao longo do processo de elaboração do PARP, falta aos encontros por parte de outras e a constante mudança de representantes das que participavam. Estas últimas, ou não comentavam a sínteses das reuniões ou faziam-no com atraso. A SC não tinha objectivos previamente definidos para participar na elaboração do PARP (idem).

No plano externo, o Governo não facilitou a participação da SC. O calendário para a elaboração do PARP era apertado e com fases não devidamente claras. Os representantes do governo enviavam tardiamente os convites para a participação da SC. A informação a ser debatida não era enviada com antecedência para algumas organizações, por isso recebiam informações de terceiros. Tudo isto fez com que o Governo elaborasse sozinho o PARP e a estratégia de resultados e indicadores, para mais tarde discuti-los com os parceiros nacionais e internacionais no Observatório do Desenvolvimento (idem).

De forma sucinta o histórico acima traz duas posições distintas sobre a SC Moçambicana. Por um lado há os que argumentam que a SC é fraca porque tem uma estrutura débil (Homerim 2005, Francisco et al, 2007, Adalima e Nuvunga, sd) e não tem autonomia das suas actividades (Moçambique, 2009). Por outro lado, Nipassa (2011) defende que a SC tem autonomia das suas estratégias de actuação na medida em que influencia sempre o processo de tomada de decisão, políticas económicas e sociais de acordo com as circunstâncias, conveniências e interesses em jogo. A SC comporta três dimensões de autonomia: autonomia como liberdade negativa, autonomia liberdade positiva e autonomia como acto social emancipador (Nipassa, 2011).

Neste debate, nós questionamos o exercício da terceira dimensão autonómica. Autonomia como acto social emancipador. Ou seja, procuramos entender até que ponto as partes mais vulneráveis da sociedade são beneficiadas pela capacidade autonómica da SC? Os dois exemplos de exercício de autonomia que Nipassa (2011) apresenta, respectivamente, o caso da terra e o do sector açucareiro, são mudanças a nível formal ou de políticas traçadas. E não casos concretos em que pessoas desfavorecidas tiveram posse de terra no primeiro caso, nem produtores de açúcar que se beneficiaram das políticas traçadas, no segundo. Assim sendo, tomamos o caso da UNAC para análise e elaboramos a seguinte pergunta de partida:

- *Como é que a UNAC contribui para o bem-estar dos seus associados?*

Nossa hipótese é:

- *A UNAC contribui para o bem-estar dos seus associados quando garante-lhes o usufruto de liberdades substantivas como: Educação, Saúde, Justiça e Renda.*

Capítulo 2

2. Enquadramento Teórico e Conceptual

A teoria é importante para a pesquisa científica, principalmente para a pesquisa sociológica. Fornece as lentes para observação do fenómeno a ser estudado. Capacita o pesquisador a apreender a realidade específica que pretende, ao delimitar a fronteira entre os aspectos relevantes como não, dum determinado estudo (Macamo, 2004, p. 13). Neste trabalho optamos pela teoria dos movimentos sociais de Alain Touraine porque traz dois aspectos relevantes. O primeiro é o processo de produção do sujeito e a sua acção em defesa das liberdades e direitos humanos. Nos será útil para interpretar as actividades da UNAC em defesa dos direitos dos seus associados. O segundo é que a teoria em si já prevê que SC é fraca, o que a torna operacional para analisar a SC moçambicana que, segundo uma das opiniões da nossa revisão de literatura, também é fraca. Neste caso nos vai ajudar a analisar de que forma as partes mais vulneráveis da sociedade são beneficiadas pela capacidade autonómica duma SC tida como fraca.

2.1. A Teoria dos Movimentos Sociais de Alain Touraine

Segundo Alain Touraine (1992), a sociedade é movida por um conflito interno de dominação cultural e de reivindicação das liberdades e direitos do sujeito. A este conflito se atribui o nome de movimentos sociais. Estes movimentos ocorrem na sociedade moderna alicerçada numa razão instrumentalizada, tecnocrata, que nega o surgimento do sujeito. São uma crítica a uma imagem artificial da vida em sociedade como máquina ou organismo, e um resgate de valores ofuscados pela racionalização da sociedade moderna. Esta crítica é feita em nome da produção de um sujeito e reivindicação dos seus direitos e liberdades, num mundo onde o ser humano é transformado em objecto (Touraine, 1992, p. 277).

O sujeito dos movimentos sociais opõe-se aos chamados papéis sociais que são a construção da vida social e pessoal pelos centros de poder (mercado, ideologia de poder, apelo a guerra). Os centros de poder definem e sancionam os papéis dos indivíduos, padronizam os seus comportamentos para prever e instrumentalizar as suas acções de modo a torna-lo a individuo a imagem e semelhança de suas vontades. O indivíduo só pode se tornar sujeito opondo-se este papéis, em nome de uma lógica de liberdade, da livre produção de si próprio, recusando uma imagem artificial da vida como máquina ou como organismo (idem).

Para que haja movimentos sociais é necessária a renovação do homem, que o levaria agir espontaneamente, e não através de determinismos sociais. A solução do homem se encontra nele mesmo. Ele precisa fazer uma viagem ao interior de si mesmo, descobrir o sujeito e exterioriza-lo. Só assim ele terá habilidades de encarar o exterior e o universal, a natureza e o divino (Tourain, 2002 *apud* Malfatti, 2011).

A renovação do homem é necessária porque só o sujeito tem capacidade de agir em defesa dos seus direitos e liberdades. Para que o actor concernido se legitime como sujeito deve respeitar algumas fases fundamentais, das quais, para efeitos deste trabalho, abordaremos quatro delas. A primeira denomina-se fase de *fragmentação do eu e subjectivação*. Significa que, a primeira condição para que apareça o sujeito é que o actor concernido rompa com os conjuntos culturais e filosóficos que o atribuem uma identidade. O actor tem que estar livre de todos estes conjuntos pois a liberdade torna-lhe um recurso contra todos os sistemas de poder e de instrumentalização do homem (*idem*, p. 190).

A ideia principal que se deve afastar, nesta fase, é a da correspondência entre o actor e o sistema, porque o sujeito só se define em contestação ao sistema. Quanto mais o indivíduo se dissocia de todo sistema de poder, mais possibilidade tem de exercer o dever e o direito de reclamar a liberdade. O sujeito que se liberta do *eu* torna-se um recurso contra a ordem social e as técnicas repreensivas que ela emprega para submeter os indivíduos aos seus interesses (*idem*).

A segunda fase é chamada o *desdobramento*. Quer dizer que os direitos humanos, sociais e culturais de cada indivíduo só podem ser defendidos colectivamente. Isto porque os seres humanos não vivem sós, e as suas condições de vida dependem das condições de vida dos outros. A defesa dos direitos dos indivíduos é resultado de uma acção colectiva, por isso, não há produção do sujeito sem o reconhecimento do outro. Este outro não é o semelhante nem o próximo, mas é um ser percebido e compreendido por um outro que age como sujeito. O outro é uma maneira indirecta de dizer que o sujeito não pode ser atingido directamente em si mesmo. E que se percebe a ausência ou não de um sujeito através do olhar que se tem sobre o outro já que não é fácil apreende-lo num mundo fabricado pelos poderosos (Touraine, 2010, p. 187)

A terceira fase é chamada de *corporização do sujeito no outro*. Não muito diferente da anterior, mostra que o avanço do indivíduo sobre si enquanto sujeito só pode ser efectuado

pelo reconhecimento do outro como sujeito. É quando se aceita o outro como sujeito, que se pode reconhecer a si mesmo como sujeito. Reconhecer o outro como sujeito é reconhecer a capacidade universal de todos se criarem como sujeitos. Isto implica saber conviver com o outro não obstante as suas diferenças (Touraine, 2010, p. 192).

A última fase da nossa lista é o *elo social*. Uma das coisas que a modernidade, no seu elevado grau de tecnicidade, desfez, são as relações sociais, fazendo com que os laços sociais se tornassem tenros. A reivindicação da liberdade tem em vista o recobro dos valores ofuscados por esta tecnicidade. Valores que dão vida aos laços sociais. Daí a necessidade de reconstrução do *elo social*. Existem duas formas para tal reconstrução. A que se aplica a esta pesquisa é a organização de sujeito naquilo que se denomina *sociedade civil*.

A *sociedade civil* neste caso, consiste em organizações voluntárias, muitas das quais reivindicam fins humanitários; enquanto outras mais militantes, tomam a defesa de vítimas, denunciam culpados, resistem as pressões. Em muitos países, essas organizações voluntárias tornam-se mais poderosas que os partidos políticos e os sindicatos. Elas obtêm dos poderes públicos, apoios em muitos casos vultosos, que servem para aumentar a capacidade dos indivíduos imporem os seus interesses às instituições. Por mais fracas e não representativas que sejam, e são-no na maioria das vezes, estas organizações mostram aptidão para obter alteração de regras e leis. Ao ponto de essas alterações serem frequentemente apresentadas como a vitória final de uma campanha de opinião mobilizadora interesses (idem, p. 204).

2.2. Quadro Conceptual

De acordo com Elísio Macamo a sociologia é uma ciência discursiva, por isso ela apreende o seu objecto a partir de afirmações que tem sobre ele. Daí a necessidade de elaborar um quadro conceptual exclusivo, ou seja, que não tem o mesmo significado para todos, principalmente com o senso comum. Embora seja muito difícil⁴, é o que torna o exercício científico possível (Macamo, 2004, p. 15).

⁴ Essa dificuldade é também abordada pelos sociólogos empiristas quando criticam os sociólogos teóricos. Os empiristas afirmam que os teóricos nem sempre indicam claramente como será possível verificar se o objecto definido por este ou aquele conceito, existe efectivamente no mundo real. Também não indicam para que serve o conceito, ficando-se sem saber o que acrescentam para o conhecimento da realidade social, além de novos nomes para objectos já conhecidos (Galiano, 1981, p. 41).

O conceito de Sociedade Civil

Para António Francisco, et al *a sociedade civil* é a arena fora da Família, do Estado e dos mercados onde as pessoas se associam para desenvolver interesses comuns (Francisco, et al, 2008).

Segundo Homerim a *sociedade civil* se refere ao conjunto de organizações nascidas da vontade do cidadão, com ou sem objectivos lucrativos, independentes do Estado, e cujo objectivo é promover um tema ou defender interesses supostamente comuns a maioria dos cidadãos (Homerin, 2005, p. 12).

Por seu turno, para Albino Francisco *a sociedade civil* é o conjunto de instituições que, posicionando-se entre o Estado e o Mercado, são pelo bem-estar social por meio das actividades, sem fins lucrativos e do seu voluntarismo nas mais diversas esferas de actividades, lutando pelo desenvolvimento e pelos direitos de cidadania e influenciado as políticas que orientam o Estado e o Mercado (Francisco, 2007, p.5);

Neste trabalho optamos pela definição de Albino Francisco porque destaca que a SC busca o bem-estar social por meio das suas actividades nas mais diversas esferas da sociedade. E nos pretendemos analisar como é que a UNAC contribui para o bem-estar dos seus associados.

O conceito de Desenvolvimento Humano

Segundo Elísio Macamo (2004) Desenvolvimento Humano é um processo que pressupõe a mudança das sociedades de uma situação social, económica, política e cultural em que os indivíduos são incapazes de promover pelas suas próprias necessidades para um estado em que são capazes de o fazer. (Macamo, 2004 *apud* Nipassa, 2009). Dentre estas necessidades que podem ser infinitas destacamos: Saúde, Educação, Justiça e Renda (Nipassa, 2009).

De acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) Desenvolvimento Humano é o processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidade e oportunidade para serem o que elas devem ser (PNUD, 2018).

Neste trabalho optamos pela definição de Macamo (2009) porque permite-nos especificar as liberdades substantivas que pretendemos analisar como a UNAC garante aos seus membros.

2.3. Operacionalização dos conceitos

Para além de definir os conceitos é necessário operacionaliza-los para indicar os critérios que nos vão orientar na observação empírica da realidade (Macamo 2004, p. 19). A seguir apresentamos uma tabela onde operacionalizamos os dois conceitos acima definidos.

Conceitos	Dimensões	Indicadores
Sociedade Civil	Organizacional	Organização em: - Redes - Fóruns - Uniões distritais - Associações, - Cooperativas
	Acção Cívica	- Voluntarismo em actividades sociais - Formação cívica do cidadão - Defesa dos direitos humanos - Realização de marchas - Realização de palestras - Realização de conferências- - Realização e participação em debates, e workshops- Participação no traçado e monitoria de Políticas públicas.
Desenvolvimento Humano	Social	- Acesso à Saúde - Acesso à Educação - Acesso à Justiça
	Económica	- Renda

Capítulo 3

3. METODOLOGIA

A realização deste trabalho obedeceu três fases: a revisão de literatura; a colecta de dados empíricos e a apresentação, análise e interpretação dos resultados. Para a revisão de literatura usamos artigos da *internet*, que falam sobre a SC moçambicana, e livros de metodologia e teoria obtidos na Biblioteca Central Brazão Mazula. Na primeira fase, lemos os artigos e fizemos a revisão de literatura. Desta forma nos introduzimos no debate e situamos o nosso estudo por meio da elaboração da problemática de pesquisa.

Na segunda fase colectamos dados empíricos na UNAC que, em Maputo, está subdividida nas seguintes uniões distritais: Marracuene, Boane e Namaacha. Por sua vez, as uniões distritais subdividem-se em associações e cooperativas de camponeses. Escolhemos a União Distrital de Marracuene denominada União das Cooperativas Agrícolas de Marracuene (UCAM) por proximidade e quatro das suas associações, respectivamente: *Associação Popular* ou machamba do *Dhilôni* como é popularmente conhecida no distrito de Marracuene; *Associação 7 de Abril*; *Associação Marcelina Chissano* e *Associação Gwazamutini*. Escolhemos a primeira associação também por proximidade e as seguintes pela suposta⁵ presença de homens. Pois, constatamos pela experiência do contacto com a primeira associação, um reduzido número de homens e pretendíamos equilibrar o nosso grupo alvo.

Na terceira fase sistematizamos a informação, fizemos a apresentação, análise e interpretação dos dados com base na análise de conteúdo e redigimos este relatório.

3.1. Método de Abordagem

O nosso método de abordagem é dedutivo. No seu exercício lógico, este método, parte de uma premissa geral tida como verdadeira para justificar uma preposição particular. Sendo que a segunda premissa nada acrescenta à primeira, pois, as suas características já estão apresentadas na mesma (Gil, 2008, p. 10). No nosso trabalho partimos da premissa geral segundo a qual as OSC pelo teor de suas actividades contribuem para o bem-estar dos seus membros. Na segunda premissa identificamos a UNAC como OSC e por meio de dados empíricos analisamos como é que contribui para bem-estar dos seus associados.

⁵ Porque no processo de escolha fomos informados pela UCAM que existiam homens nestas associações.

3.2. Método de Procedimento

O método de procedimento é monográfico (ou estudo de caso), que pressupõe que um estudo de caso em profundidade pode ser representativo de muitos outros casos semelhantes. Sendo estes casos indivíduos ou instituições (Gil, 2008, p. 18). O nosso trabalho tem como caso de análise a UNAC, para através desta, saber como as OSC contribuem para o bem-estar dos seus associados.

3.3. Grupo Alvo

O grupo alvo da nossa pesquisa é constituído por 40 membros da UNAC, com idades compreendidas entre 18 e 70 anos, pois, pretendíamos entrevistar jovens adultos e idosos. Destes: 1 membro é da direcção da UNAC na Cidade de Maputo, 2 Membros da direcção da UCAM (Maracuene) 1 membro da UCAM chamado *paralegal* – que está directamente envolvido coma defesa dos direitos dos camponeses. Os restantes 36 estão subdivididos em 4 associações. Sendo que: 4 são da associação popular; 10 da 7 de Abril, 10 Marcelina Chissano e 12 da Gwazamutini.

3.4. Técnica de Recolha de Dados

A nossa pesquisa é qualitativa e a entrevista semi-estruturada a técnica de recolha de dados. Este tipo de entrevista focaliza um assunto sobre o qual se elabora um roteiro de perguntas principais que por sua vez são complementadas por outras perguntas que são inerentes a situações que surgem no decorrer da entrevista. A entrevista semi-estruturada permite ao entrevistado dar informações de forma mais livre (Manzini, 1991, p. 154 apud Manzine, sd). Ele pode falar do que crê espera, sente, deseja, pretende fazer, faz ou fez e as explicações ou motivos por detrás das suas falas (Selltiz, 1967, p. 273 apud Gil, 2002, p. 116). Permite ao investigador explorar informações que resultam da entrevista.

Esta técnica nos foi vantajosa porque permitiu colher o máximo de informações possíveis de forma descontraída, deixando os entrevistados mais a vontade e livres para falarem sobre o assunto em causa.

Além das entrevistas tiramos fotografias, para efeitos de ilustração com consentimento dos nossos entrevistados.

Ao longo das entrevistas participamos de uma conferência sobre saúde e nutrição realizada pela UCAM juntamente com 4 associações. O objectivo desta conferência foi a formação teórica e prática dos camponeses em saúde e nutrição. Os camponeses tiveram a oportunidade de preparar várias receitas nutritivas com alguns alimentos por eles produzidos.

3.6. Constrangimentos da Pesquisa

A maioria dos constrangimentos que enfrentamos foi no processo das entrevistas. Não foi possível entrevistar aos dois primeiros membros da direcção da UCAM de forma separada. No dia da entrevista, elas, que por sinal são a presidente e vice-presidente, reuniram connosco ao mesmo tempo. Isto fez com que respondessem as entrevistas colectivamente, lembrando-se uma a outra algumas respostas, por isso algumas respostas são similares e complementares. Encaramos a mesma dificuldade na associação popular – primeira associação entrevistada. As entrevistas decorreram na presença de todos membros da associação. As entrevistadas recusaram-se a responder as perguntas separadas das suas companheiras, o que nos levou a não entrevistar além de quatro membros da associação.

Na associação Marcelina Chissano também entrevistamos na presença de todos os membros seleccionados. Eles estavam próximos uns dos outros enquanto as entrevistas decorriam. Alguns entrevistados interferiam nas respostas, antecipando-se em responder. A que mais interferiu foi a presidente da associação. Contudo, explicamos que as entrevistas deviam ser respondidas individualmente, o que surtiu efeito e cessou as interferências. Outro constrangimento que enfrentamos foi a falta de homens nas associações. A maioria dos membros é do sexo feminino. Dos poucos homens que encontramos, tinham idades superiores a 70 anos, por isso não seleccionáveis para pesquisa.

3.8. Método de Análise de Dados

Para analisar os dados usamos análise de conteúdo, que é um conjunto de técnica de análise das comunicações para obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção ou recepção dessas mensagens (Bardin, 2011 pp. 48). Este método na decodificação das mensagens e compreensão do significado por detrás delas.

Capítulo 4

4. APRESENTAÇÃO ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1. Breve Historial da UNAC

A UNAC é um movimento de camponeses do sector familiar que luta pela participação activa dos camponeses no processo de desenvolvimento. Foi fundada em 1987. Tem como objectivo principal representar os camponeses e suas organizações, para assegurar os seus direitos sociais, económicos e culturais através do fortalecimento das organizações camponesas, participação na definição de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento. A finalidade deste fortalecimento é garantir a soberania alimentar tendo em conta a juventude e equidade de género (UNAC, 2020).

Em 2010 a UNAC contava com cerca de 86.000 membros individuais, agrupados em 2200 associações e cooperativas. Que por sua vez, estão organizadas em estruturas superiores, somando o número de 83 uniões distritais e 11 uniões provinciais de camponeses. Para ser membro da UNAC é necessário que sejam camponeses organizados ou não em associações, cooperativas ou outras formas de organização locais que aceitam os estatutos da UNAC, sem discriminação com base na cor, raça, sexo, origem étnica, religião, grau de instrução, posição social, condição física ou mental e opção política (Idem).

A missão da UNAC é lutar por um maior protagonismo dos homens, mulheres e jovens, na construção de uma sociedade mais justa, próspera e solidária. Por isso, ela desencadeia as seguintes actividades: controlar a terra pelos camponeses; fortalecer as organizações camponesas; defender os bens comuns (água, sementes, meio ambiente e biodiversidade); participar activamente nos processos de definição de políticas; promover e desenvolver os mercados locais; participar activamente, por meio de mulheres e jovens, na agenda política nacional; aumentar a consciência e a promoção de estratégias de luta contra o HIV/SIDA; e, formar e capacitar política e organizacionalmente os camponeses (Idem).

4.2. Perfil Sócio -demográfico dos Entrevistados

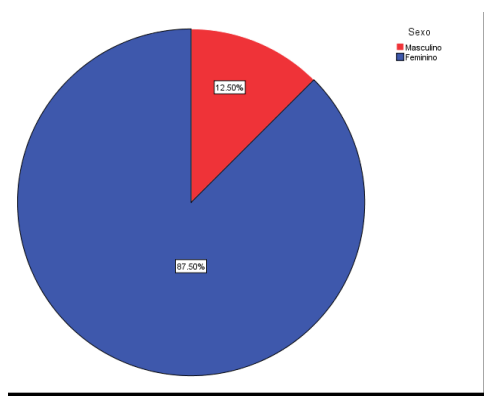
Nesta subsecção, apresentamos o perfil sócio-demográfico dos nossos entrevistados, considerando as seguintes variáveis: sexo, idade, morada, nível de escolaridade e a profissão. Para melhor descrição dos dados, apresentamos, a seguir, uma tabela e alguns gráficos.

Tabela 1: Perfil Sócio-demográfico dos Entrevistados

Nº do entrevistado	Sexo	Idade	Morada/ Bairro	Nível de Escolaridade	Profissão
1	M		Mahotas	Licenciado	Oficial de Formação
2	F	49	Massinga	4ª classe	Camponesa
	F	52	Massinga	7ª classe	Camponesa
4	M	48	Mememo	10ª classe	Supervisor do patrocínio da criança
5	F	43	Bairro da vila	5ª classe	Camponesa
6	F	45	Bairro da vila	4ª classe	Camponesa
7	F	63	Massinga	2ª classe	Camponesa
8	F	46	Massinga	5ª classe	Camponesa
9	F	64	Massinga	Não estudou	Camponesa
10	F	49	Massinga	6ª classe	Camponesa
11	F	62	29 Setembro	Não estudou	Camponesa
12	F	50	Micanhuine	6ª classe	Camponesa
13	F	66	29 Setembro	Não estudou	Camponesa
14	F	48	Massinga	2ª classe	Camponesa
15	F	60	Micanhuine	1ª classe	Camponesa
16	F	38	Massinga	Não estudou	Camponesa
17	F	57	29 Setembro	4ª classe	Camponesa
18	F	54	Massinga	7ª classe	Camponesa
19	M	51	Massinga	4ª classe	Camponês
20	F	33	Massinga	7ª classe	Camponesa
21	M	48	Massinga	2ª classe	Camponês
22	F	53	Massinga	4ª classe	Camponesa
23	F	60	Massinga	4ª classe	Camponesa
24	F	42	Massinga	7ª classe	Camponesa
25	F	34	Massinga	8ª classe	Camponesa
26	F	58	Massinga	1ª classe	Camponesa
27	F	47	Massinga	7ª classe	Camponesa
28	F	32	Massinga	6ª classe	Camponesa
29	M	51	Massinga	3ª classe	Camponês
30	F	61	Massinga	Não estudou	Camponesa
31	F	53	Massinga	4ª classe	Camponesa
32	F	47	Massinga	6ª classe	Camponesa
33	F	56	29 Setembro	3ª classe	Camponesa
34	F	44	Massinga	5ª classe	Camponesa

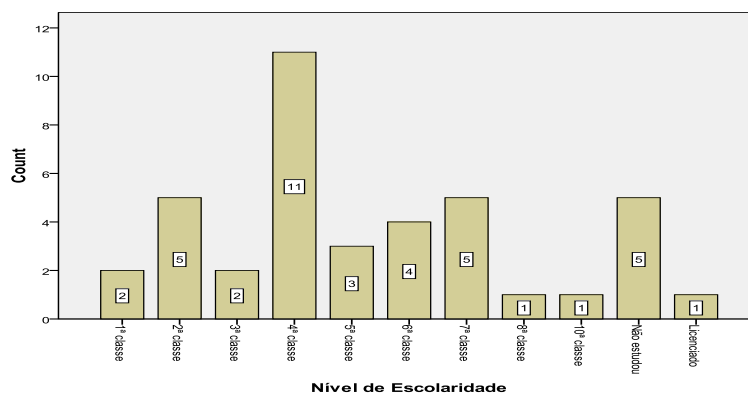
Nº do entrevistado	Sexo	Idade	Morada/Bairro	Nível de Escolaridade	Profissão
35	F	47	Albazine	4ª classe	Camponesa
36	F	37	Massinga	4ª classe	Camponesa
37	F	61	Micanhuine	4ª classe	Camponesa
38	F	45	Micanhuine	2ª classe	Camponesa
39	F	48	29 Setembro	4ª classe	Camponesa
40	F	36	Massinga	2ª classe	Camponesa

A tabela nos mostra que a idade máxima dos nossos entrevistados é de 66 anos e a mínima de 32 anos, que por sinal, são idades de mulheres.



A maioria dos entrevistados conforme ilustra o gráfico acima, é do sexo feminino e constitui um número de 35 mulheres que representam 87.5% dos entrevistados. A minoria é de 5 entrevistados, que são do sexo masculino e representam 12.5% dos entrevistados.

Os entrevistados são moradores do distrito de Marracuene, sendo que 26 moram no bairro da Massinga, fazendo dele o bairro mais habitado pelo nosso grupo alvo, seguido de 5 do bairro 29 de Setembro, 4 do bairro Micanhuine, 2 do bairro da Vila, 1 do bairro de Mememo, 1 do bairro das Mahotas e 1 do bairro de Albasine.



Os entrevistados têm um nível de escolaridade baixo. A maioria, conforme mostra o gráfico, não vai além do ensino básico, com a exceção do entrevistado número 1 que é licenciado. Onze entrevistados concluíram a quarta classe, seguido de 5 da segunda e 5 da sétima classes e 5 que não são escolarizados.

4.3. Actividades da UNAC em Defesa dos Seus Associados

De acordo com os nossos dados, as actividades da UNAC em defesa dos direitos seus associados dividem-se em quatro áreas principais: Política, Jurídica, Educação e Saúde. Na primeira, a UNAC participa na elaboração de políticas públicas e sua respectiva monitoria. Na segunda, luta em acções de advocacia para participar nos processos de tomada de decisão no país e capacita os camponeses no uso da lei terra para sua protecção. Na terceira, alfabetiza os camponeses e disponibiliza o fundo de patrocínio a criança que provém do seu parceiro Actionaid, destinado ao apoio em material escolar às crianças, reabilitação e construção de escolas. Para garantir a melhor aplicação e gestão deste fundo, criou-se o conselho de escola, do qual participam membros da direcção da UCAM e das associações. A UNAC também forma tecnicamente os camponeses em liderança, associativismo, cooperativismo, produção agro-ecológica e sustentável.

Na quarta e última área, dissemina informação sobre o HIV/SIDA, realiza conferências sobre nutrição, onde, primeiro, os camponeses aprendem sobre alguns alimentos, o seu valor nutritivo, algumas receitas e depois preparam tais receitas e comem. Também realiza teatros que falam sobre a importância da batata-doce de polpa alaranjada.

As uniões distritais são responsáveis pela gestão destas actividades a nível local. Os camponeses têm ligação com a sede da UNAC por meio delas. Na UCAM, as actividades

mais frequentes são da área da Justiça, Educação e Saúde. As da primeira são desencadeadas a partir da sede distrital, que funciona como um escritório dos camponeses. Eles têm liberdade de ir lá buscar assistência. As da segunda e terceira áreas ocorrem de duas formas: primeiro na sede da UCAM, onde se realizam reuniões mensais entre a direcção e os representantes de todas as associações do distrito. Lá dão-se formações, apresenta-se peças de teatro, faz-se o balanço das actividades mensais, expõe-se dificuldades e apresenta-se soluções, introduz-se novos programas de actividades e transmite-se informações. Num segundo momento envia-se técnicos da UCAM para formarem aos camponeses no próprio campo de cultivo.

Nestas formações, a UCAM também implementa o método de camponês a camponês, que consiste em formar determinado número de camponeses para formarem outros camponeses. O objectivo deste método é, para além de minimizar custos de contratação de técnicos, permitir maior difusão dos conhecimentos entre os camponeses, garantir o fortalecimento das organizações, e fazer do camponês cada vez mais protagonista na defesa dos seus direitos.

Os depoimentos a seguir relatam o desenrolar de algumas destas actividades:

...Nós resolvemos problemas de terra dos camponeses, até casos de violência doméstica nos procuram e nós vamos lá resolver aqui todos já nos conhecem... (Maria 52 anos entrevistada n°2, camponesa)

...Os paralergais têm um grupo de teatro onde fazem teatro que fala sobre nutrição, por exemplo bata-doce de polpa alaranjada (idem)

...defendemos os direitos dos camponês através da lei de terra e lei da família e fazemos a disseminação da lei de terra e lei de família nas comunidades (Jão, 48 anos, entrevistado n° 4, Supervisor)

Nós para nos defendermos vivemos em associação (Ana, 48 anos entrevistada n°5, camponesa)

Trabalharmos em entendimento, seguimos as recomendações dos líderes, respeitamos os programas dos líderes. Trabalharmos em amor, tirarmos quotas, deixamos as valas de água limpas e não fazemos lixo (Josefa 48 anos, entrevistada n°39, camponesa).

Através dos depoimentos acima constatamos que a UNAC em suas actividades apresenta um substrato similar ao do papel do sujeito dos movimentos sociais de Alain Touraine. Primeiro porque, segundo Touraine, só o sujeito é capaz de agir em defesa dos direitos e liberdades humanas porque já rompeu com os conjuntos culturais e filosóficos que o atribuem identidade e lhe determinam padrões de comportamento. As actividades da UNAC mostram um movimento organizado de defesa dos direitos dos camponeses. A UNAC tem consciência de que os direitos dos camponeses estão em risco e que se não assegurá-los correm risco de não serem salvaguardados. Ela apresenta-se como contestatária de toda condição social, económica e cultural que limita os camponeses de usufruir os seus direitos e liberdades. Esta atitude é típica do sujeito.

Em segundo lugar, a estrutura da UNAC em uniões distritais e associações de camponeses, equipara-se a fase da construção do sujeito chamada *desdobramento*. Esta ideia significa que a defesa dos direitos humanos é resultado de uma acção colectiva porque os seres humanos não vivem sós. As suas condições de vida dependem das de outros. (Touraine, 2010, p. 187). A UNAC agrupa os seus associados em associações de camponeses que são geridas por uma união distrital. Nas associações, os camponeses convivem, partilham visões, apoiam-se uns aos outros, dividem direitos e deveres e reagem colectivamente a qualquer tipo de ameaças. Quando o camponês reclama os seus direitos e liberdades ou sofre alguma ameaça, não age ou reage sozinho, mas como associação.

A ideia de *desdobramento* também implica o reconhecimento do *outro* para que o sujeito se legitime como tal. Neste caso o outro não é o semelhante nem o próximo, mas é um ser percebido, identificado e compreendido pelo sujeito. O outro percebido, identificado e compreendido pela UNAC para legitimar-se como sujeito são os camponeses. Ela identificou-os como uma área vulnerável da sociedade e colocou-se defensora de seus direitos e liberdades.

Em terceiro lugar, nas associações os camponeses são formados em liderança, associativismo, cooperativismo, produção agro-ecológica e sustentável e alfabetizado. O objectivo destas formações é dotar o camponês de capacidade para executar suas actividades de forma produtiva e segura. Através do cooperativismo e associativismo o camponês executa suas actividades dentro de uma rede de produção colectiva e minimiza o risco de sofrer usurpação de terra e ser roubado a produção. A liderança ajuda a gerir as associações e transmite estratégias da UNAC para mais segurança. A produção agro-ecológica permite ao camponês

ter maior produção respeitando as condições ambientais. Estas formações e aplicação dos conhecimentos nelas adquiridos pelos camponeses, equipara-se a da fase que Touraine chama de *corporização do sujeito no outro*. Onde o sujeito vê em si a existência do sujeito através do olhar que tem sobre ele. O outro é o espelho do sujeito. Os camponeses são o espelho da UNAC. É neles que a UNAC vê o sucesso ou não de sua missão.

Em quarto e último lugar, as associações de camponeses acima citadas têm uma estrutura para produzir o que Touraine chama de *elo social*. A modernidade no seu elevado grau de tecnicidade destruiu os laços sociais e tornou a vida mais mecanizada. *O elo social* é a maneira de reconstruir esses laços sociais. Ele precisa dum ambiente que se encontra em organizações como SC, onde se reivindicam fins humanitários, defendem-se interesses comuns e cuja pertença é voluntária. A UNAC ao organizar os camponeses em associações contribui para a produção deste ambiente. Nestes agrupamentos os camponeses são formados juntos, partilham: conhecimento, trabalho, dificuldades e desafios. Isto os torna mais unidos e conectados, dando vida ao *elo social*.

4.3.1. Constrangimentos enfrentados pela UNAC em suas actividades

De acordo com a revisão de literatura, a SC enfrenta diversos constrangimentos, tanto no plano interno quanto no externo. A UNAC não foge à regra. O maior constrangimento que enfrenta tem a ver com a terra, conforme mostram os depoimentos a seguir:

A maioria dos casos que enfrentamos aqui são de usurpação de terra por parte dos governantes, chefe de quarteirão secretário do bairro e impedimentos do secretariado do bairro na disseminação das leis (João, 48 anos entrevistado nº 4).

...há constantes violações da lei de terra, por exemplo a lei de terra preconiza a questão da consulta das comunidades, há muitos DUATs que são atribuídos a nível central sem consulta as comunidade, até sem conhecimento das estruturas locais dentro do próprio governo. Há DUATs que são emitidos a nível central para distritos que até o próprio administrador não foi consultado, só se chega com documento, então essa é uma grave violação... (Mário entrevistado nº1, oficial de formação)

Nós ainda não temos DUAT e entram pessoas estranhas de carro, pessoas brancas e pessoas do governo que fazem ameaças (Fáusia 43 anos entrevistada nº5)

4.3.2. Oponentes da UNAC

Ao nível da sede os oponentes da UNAC são pessoas do Governo que trabalham com a emissão de DUATs, as multinacionais de sementes que estão reocupadas com a produção industrial e não valorizam a agricultura do pequeno produtor, conforme mostram os depoimentos abaixo.

...há constantes violações da lei de terra, por exemplo a lei de terra preconiza a questão da consulta das comunidades, há muitos DUATs que são atribuídos a nível central sem consulta as comunidade, até sem conhecimento das estruturas locais dentro do próprio governo. Há DUATs que são emitidos a nível central para distritos que até o próprio administrador, não foi consultado, só se chega com documento, então essa é uma grave violação... (Mário entrevistado nº1)

...os nossos grandes inimigos são as multinacionais de sementes, a MOSSANTO e a SINGENTA são organizações que ao nosso entender, pretendem matar os camponeses... essas organizações desenvolvem políticas para eliminar os camponeses (Mário entrevistado nº1, oficial de formação.

A nível da união distrital os oponentes identificados pelos camoneses são algumas autoridades locais que se aproveitam das suas posições para obter vantagens pessoais, conforme o depoimento.

São secretários dos bairros e governantes. O caso de elefante piripiri Australiano que compra 55 hectarteres numa zona baixa e reclama 50 hectares na zona alta... (João 48 anos entrevistado nº4).

Do ponto de vista teórico, constrangimentos e oponentes são parte dos movimentos sociais. Os movimentos só se justificam num espaço onde os direitos do sujeito se encontram restringidos. É dentro deste constrangimentos que o sujeito deve fazer valer os seus interesses e beneficiar-se do resultado das suas acções. Afinal, importa que o sujeito seja definido como agente de conflitos sociais, como contestação, porque não há movimentos sociais sem luta pela defesa das liberdades e direitos dos indivíduos (Touraine, 1992, p.278).

4.3.3. Estratégias da UNAC em defesa dos seus associados e impacto

De acordo com os nossos dados, existem diversas estratégias que a UNAC implementa para ultrapassar os constrangimentos que enfrenta. Ao nível da direcção, a UNAC forma os camponeses nas áreas de: liderança, associativismo, cooperativismo, produção agro-ecológica e sustentável e a alfabetização dos camponeses; luta em acções de advocacia; organiza marchas, protestos, estabelece redes com outras organizações parceiras e simpatizantes e realiza conferências internacionais nas quais convida parceiros organizacionais para discutir questões de terras e de políticas.

A nível da UCAM dissemina-se informação sobre a lei de terra a nível dos quarteirões, sem passar pelos secretariados dos bairros, para evitar proibições. Uma vez que, segundo alguns entrevistados, alguns governantes locais criam barreiras porque estão envolvidos em casos de usurpação de terra. A nível das associações, embora não tenhamos-nos deparado com nenhum constrangimento, a principal estratégia é o associativismo. Os camponeses organizam-se em associação porque assim protagonizam uma defesa colectiva dos seus direitos. Eles também adoptam o sistema de limpeza constante dos seus campos de cultivo: cortando o capim e as ervas daninhas e limpando as valas de drenagem, para que ela não seja alvo de usurpação.

Os nossos entrevistados dizem que as estratégias implementadas têm tido impacto. Elas ajudam a resolver os constrangimentos enfrentados e fortalecem o movimento dos camponeses em defesa dos seus direitos.

4.4. O Usufruto das liberdades Substantivas pelos Membros da UNAC

4.4.1. Acesso à Educação

Os nossos dados nos mostram que a maioria dos entrevistados não tem acesso ao programa de alfabetização. No período da recolha de dados nas associações o programa já não decorria. As causas apontam tanto para os camponeses quanto para os formadores. Alguns entrevistados disseram que os camponeses ficaram preguiçosos e reduziram o nível de participação nas aulas. Outros disseram que houve falta de fundo para o pagamento dos formadores, por isso o programa parou.

Os camponeses que entrevistamos não têm acesso ao fundo de patrocínio à criança. Do universo dos entrevistados, somente uma participa do conselho de escola, mas não tem conhecimento da existência deste fundo. O que é estranho porque a participação dos camponeses neste conselho é para monitoria da aplicação e gestão deste fundo!

Sobre o associativismo, os dados mostram que é a componente da Educação que os camponeses mais têm acesso, sendo que todos os camponeses entrevistados estão organizados em associações e na UCAM todos os camponeses da união estão organizados em associações.

Figura 1: Camponeses na Formação em Associativismo



Fonte: União das Cooperativas Agrícolas de Marracuene (UCAM)

Os camponeses também têm acesso a formação em liderança. Em cada associação existe uma estrutura administrativa que é responsável por liderar a associação. Os principais componentes desta estrutura são o presidente e vice-presidente da associação. São os passam pela formação em liderança e também participam, mensalmente, de uma reunião geral na UCAM onde tratam de assuntos inerentes ao funcionamento das associações e das formações que lá decorrem. Também representam os camponeses nas assembleias-gerais da UNAC quando se pretende discutir o traçado de políticas públicas.

Figura 3: Camponeses na Formação sobre liderança



Fonte: União das Cooperativas Agrícolas de Marracuene

A última componente da Educação é a formação em produção agro-ecológica. Os dados nos mostram que os camponeses têm acesso às formações acerca do modelo de produção agro-ecológica e aplicam-no nas suas plantações. A figura a seguir é uma ilustração da aplicação deste método na produção da batata-doce de polpa alaranjada.

Figura 3: Produção agro-ecologica de bata-doce de polpa alaranjada



Fonte: União das Cooperativas Agrícolas de Marracuene

4.4.2. Acesso à Saúde

Na área da saúde, os dados nos mostram que só há actividades na área da nutrição. A UCAM trabalha com 4 associações de uma forma intensiva num período de 4 anos. Ela escolhe alguns dos seus membros para os submeter a formação, para, por sua vez, transmitir aos seus pares, seguindo a metodologia de camponês a camponês da qual nos referimos.

Figura 4: Camponeses da UCAM na Formação em Nutrição



Fonte: União das Cooperativas Agrícolas de Marracuene

No período da nossa recolha de dados as associações do nosso grupo ainda não haviam sido abrangidas pelo programa. Também não havia disseminação de informação sobre o HIV/SIDA nas comunidades.

4.4.3. Acesso a Justiça

As acções jurídicas são umas das principais actividades para a defesa e protecção dos camponeses na UNAC, e também um dos maiores instrumentos na reivindicação de seus direitos e liberdades. Os dados nos mostram que a UNAC facilita o acesso a justiça aos seus associados e lhes concede assistência jurídica. Os camponeses associados quando precisam de assistência reportam os seus casos a união distrital e de lá tem assistência. Os depoimentos a demonstram esta situação.

A UNAC luta em acções de advocacia no sentido de participar no processo de tomada de decisão (Mário entrevistado nº1)

...defendemos os direitos dos camponês através da lei terra e a lei da família e fazemos a disseminação da lei terra e lei de família nas comunidades (Jão, 48 anos, entrevistado nº 4, Supervisor)

...nós resolvemos problemas de terra dos camponeses, até casos de violência doméstica nos procuram e nós vamos lá resolver aqui todos já nos conhecem... (Maria 52 anos entrevistada n°2)

São aqueles da UCAM, quase lá é nosso escritório (Joana 53 anos, entrevistada n°22)

4.4.4. Renda

Os camponeses que entrevistamos praticam agricultura de subsistência. A sua renda esta directamente ligada a posse e uso da terra arável. Quando os questionamos acerca da sua profissão, 37 entrevistados disseram ser camponeses e não tinham outra fonte de subsistência. Eles estão associados a UNAC para potencializar a sua actividade. A UNAC é um actor privilegiada na arena pública e contribui na renda dos camponeses ao lhes facilitar: a posse, uso e protecção de terra arável, sementes, instrumentos de cultivo como enxadas, botas regadores, disponibiliza técnicos para formar os camponeses em estratégias de cultivo e realiza feiras para os camponeses individualmente ou como associação venderem os seus produtos.

Para ter posse de terra pela UNAC – ao nível do distrito de Marracuene – segundo a presidente da UCAM, o camponês dirigir-se a sede da UCAM onde, depois dum processo de avaliação pode-lhe ser repartida uma porção de terra. Assim como pode se dirigir directamente a uma das associações. Lá, ele será submetido a um período probatório e de integração, que consiste em trabalhar na machamba da associação durante determinado período até que lhe seja repartida uma porção de terra. Após a aquisição da terra, o camponês deve participar continuamente das actividades da associação, trabalhar na machamba da associação uma vez por semana, no dia da reunião semanal da associação e não passar a terra a outra pessoa fora dos moldes da associação. Os depoimentos a seguir mostram alguns casos de camponeses e posse de terra:

Quando alguém quer terra nós levamos para machamba onde é dado uma terra (Maria 52 anos, entrevistada n°2)

Eu tive a minha machamba através da associação (Ilda 47 anos entrevistada n°27)

Eu ainda não tenho machamba estou a trabalhar aqui na associação depois vou ter minha machamba (Alberto 48 anos entrevistado n° 21)

É possível apanhar, eles procuram para ti e te dão, depois comesas a trabalhar connosco (Mércia, 36 anos, entrevistada n°40)

É possível ter machamba para cultivar, mas muitos abandonam a terra. Mas é possível ter (Marta 48 anos entrevistada n° 39)

Nas associações a UCAM fornece sementes aos camponeses. Algumas são doadas e outras vendidas. Da mesma forma disponibiliza técnicos para formarem os camponeses em produção agro-ecológica e sustentável da terra, como mostra o depoimento a seguir

As pessoas da união vêm nos ensinar a trabalhar. As outras ainda não (Rute, 44 anos entrevistada n° 34)

Por fim, as terças-feiras e aos sábados a UCAM realiza feiras para promover e vender os produtos dos camponeses. A participação nas feiras é opcional. Os camponeses podem participar individualmente ou como associação.

CONCLUSÃO

Neste trabalho analisamos a contribuição da UNAC no bem-estar dos seus associados. Primeiro fizemos revisão de literatura sobre a SC moçambicana e tivemos duas opiniões distintas: por um lado a que defende que a SC é fraca e não tem autonomia de suas actividades, por outro lado a que defende que a SC tem autonomia das suas estratégias de actuação na medida em que influencia sempre o processo de tomada de decisão de acordo com as circunstâncias, conveniências e interesses em jogo. Neste sentido a SC comporta três dimensões autonómicas: como liberdade negativa, como liberdade positiva e como acto social emancipador. Partimos da última para elaborar a nossa problemática de pesquisa.

Buscamos entender: como é que a UNAC contribui para o bem-estar dos seus associados? Nossa hipótese é que a UNAC contribui para o bem-estar dos seus associados quando lhes garante usufruto de liberdades substantivas como: Educação, Saúde, Justiça e Renda. Colectamos dados por meio da entrevista semi-estrutura e entrevistamos 40 membros da UNAC subdivididos entre a sede da UNAC, a união distrital de Maracuene e 4 associações. Interpretamos os resultados com base na teoria dos movimentos sociais de Alain Touraine – que dá ênfase ao papel do sujeito na defesa dos direitos e liberdades humanas – e a técnica de análise de conteúdo.

Os principais resultados mostram que a UNAC em suas actividades, apresenta um substrato equivalente ao papel do sujeito referido na teoria dos movimentos sociais. E, neste sentido, contribui para o bem-estar dos seus associados ao garantir o usufruto de liberdades substantivas fundamentais para executarem as suas actividades com produtividade e segurança. Na Educação, na área técnica, a UNAC capacita os camponeses em produção agro-ecológica e sustentável, associativismo e liderança; na Saúde, capacita os camponeses teórica e prática em nutrição, ou seja, ensina aos camponeses sobre alguns alimentos, o seu valor nutritivo e depois preparam receitas com tais alimentos. Na Justiça, concede assistência jurídica e facilidades no acesso à Justiça. Em termos de renda, os camponeses entrevistados são praticantes da agricultura de subsistência, a UNAC lhes concede terra arável, sementes, instrumentos agrícolas e técnicas de cultivo. Realiza feiras para camponeses, individual ou colectivamente, venderem seus produtos e custearem suas despesas. Com estes resultados confirmamos nossa hipótese de que a UNAC contribui para o bem-estar de seus associados ao garantir-lhes usufruto de liberdades substantivas como: Educação, Saúde, Justiça e Renda.

BIBLIOGRAFIA

ADALIMA, J e NVUNGA, A. *Participação da Sociedade Civil na Elaboração do Plano de Acção Para a Redução da Pobreza PARP (2010-2014)*

ALONSO, Â. *As Teorias dos Movimentos Sociais: um Balanço do Debate*. São Paulo. Atlas. 2009

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Edições 70, 1ª ed, São Paulo. 2011.

CHAGAS, Carmen E. *A concepção de Sujeito da Psicanálise à Análise do Discurso*. In Cadernos do CNLF, vol. XV. Rio de Janeiro, 2011. pp. 73-83.

Coughlin, P, et al. *Claro e Directo: Como Escrever um Ensaio*. Maputo. 1997

DALFOVO, Michael S, et al. *Métodos Quantitativos e Qualitativos: um resgate teórico*. In Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, vol.2, Blumenau, 2008. pp. 01-13,

Conselho Pedagógico do Departamento De Sociologia. *Técnicas e Normas de Elaboração do Projecto e Trabalho do Fim do Curso*. Maputo: UEM. 2009

Couto, M. *Cada Homem é Uma Raça*. Companhia das Letras.

Couto, M. *Um rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra*. Companhia das Letras

FRANCISCO, A. *Sociedade Civil em Moçambique*. In Castel-Branco, N. et al, *Desafios para Moçambique “2010*. IESE Edição, Maputo, 2009. pp. 51-105

FRANCISCO, António, et al. *Índice de Sociedade em Moçambique 2007*. 2008

FRANCISCO, Albino M. *Participação da Sociedade Civil Moçambicana no Processo de Governação: uma reflexão em torno do mecanismo de africano de divisão de pares (MARP)*.

GIL. António C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo, 1999

GONSALVES, A. P. *O Conceito de Esfera Pública segundo Hannah Arendt*. São Paulo

HOMERIN, J. *As Organizações da Sociedade Civil em Moçambique: Actores em Movimento*. Maputo, 2005

MACAMO, E. *A leitura Sociológica: um manual introdutório*. Maputo: Imprensa Universitária. 2004

- MACAMO, M et al. *Como aprender a Estudar*. Maputo. Imprensa Universitária. 2005
- MALFATTI, S. *Os Movimentos Sociais em Alain Touraine*. In *Revista Estudos Filosóficos* nº 6. 2011. pp. 217-228
- MATAVEL, N, e tal. *Os Senhores da Terra - Análise Preliminar da Usurpação de Terra em Moçambique*. Maputo. 2011
- MAZULA B, et al. *Organizações da Sociedade da Civil na Prevenção, Gestão e Transformação de conflito: A experiência de Moçambique*. 2003
- MULANDO F. *O Papel das Organizações da Sociedade Civil na Formulação de Políticas públicas: caso do G20 e Parpa II*. Maputo. 2007
- NIPASSA, O. *Entre a Liberdade Negativa e a Liberdade Positiva: A questão da Autonomia da Sociedade Civil no processo de Desenvolvimento*. Maputo. 2011.
- BONI, V at al. J. *Aprendendo a Entrevista: como fazer entrevista em ciências sociais*, in *Revista Electrónica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* nº1 Vol.2. 2005. pp. 68-80
- QUIVY, R. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2ª Edição, Col. Trajectos, Lisboa: Gradiva. 1998
- RABELO, E at al. *Vygotsky e o Desenvolvimento Humano*.
- RONGUANE, S. *Manual de Filosofia Para Principiantes*.
- SHISHITO, F. *Análise Do Conceito De Desenvolvimento Humano Utilizado Pelo PNUD/ONU: Raízes e Desdobramentos*
- TOPSOE-JENSEN, B, et al. *Estudo de Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil em Moçambique*. 2015
- UNAC. *Os Impactos da Situação Política e Militar no Desenvolvimento da Agricultura em Moçambique*. 2014
- UNAC. Quem somos. 2020. Disponível em: <https://www.unac.org.mz/quem-somos/>
- VAZ, E. *Papel da Sociedade Civil para o Desenvolvimento Democrático de Moçambique*
- VIEIRA, L. *Cidadania e Sociedade Civil no Espaço Público Democrático*.

Anexo
Texto de Apresentação



**UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE**

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Sociologia

Prezado (o) entrevistado (a)

O presente trabalho de pesquisa enquadra-se nos requisitos parciais para a obtenção do grau de licenciatura em sociologia, na universidade Eduardo Mondlane. Os dados colhidos serão apenas para esta pesquisa e serão preservadas as identidades de todos os participantes.

Agradecemos antecipadamente a sua disponibilidade em responder as perguntas.

Muito obrigado!

Guião de Entrevista nº 1 (Direcção da UNAC)

I SECÇÃO: Perfil Socio-demográfico

Sexo.....

Idade

Morada.....

Nível de Escolaridade.....

Profissão.....

II. SECÇÃO: Actividades da UNAC em defesa dos Seu Membros

1. O que a UNAC faz para defender os direitos dos camponeses?
2. Quem são os vossos apoiantes?

III. SECÇÃO: Constrangimentos atravessados pela UNAC nas suas actividades

3. Nas vossas actividades enfrentam algum tipo de problema?
 - 3a) Se sim, que tipo de problemas?
 - 3b) Se sim, quem são os vossos principais oponentes?
 - 3c). Se sim, o que fazem para resolver os vossos problemas?
 - 3d)..Se sim, o que vocês fazem tem dado certo?

IV. SECÇÃO: Sobre o acesso as liberdades substantivas pelos membros da UNAC

4. A UNAC contribui para que os camponeses tenham acesso à Educação?
 - 4a) se sim, como?
5. A UNAC contribui para que os camponeses tenham acesso à Saúde?
 - 5a) Se sim, como?
6. A UNAC contribui para que os camponeses tenham acesso à justiça?
 - 6a) Se sim, como?
7. A UNAC contribui na renda dos camponeses?
 - 7a) Se sim, como?

Guião de Entrevista nº 2 (Sede da UNAC)

I SECÇÃO: Perfil Socio-demográfico

Sexo.....

Idade

Morada.....

Nível de escolaridade.....

Profissão.....

II. SECÇÃO: Actividades da UNAC em defesa dos Seu Membros

1. O que vocês fazem para defender os vossos direitos?
2. Quem são os vossos apoiantes?

I

II. SECÇÃO: Constrangimentos atravessados pela UNAC nas suas actividades

3. Vocês enfrentam algum tipo de problema?
- 3 a) Se sim, que tipo de problemas?
- 3 b) Se sim, quem são os vossos principais oponentes?
- 3 c). Se sim, o que fazem para resolver os vossos problemas?
- 3 d).Se sim, o que vocês fazem tem dado certo?

IV. SECÇÃO: Sobre o acesso as liberdades substantivas pelos membros da UNAC

4. Através da UNAC você tem acesso a Educação?
- 4 a) Se sim, como?
5. Através da UNAC você tem acesso à Saúde?
- 5 a) Se sim, como?
6. Através da UNAC você tem acesso à justiça?
- 6 a) Se sim, como?
7. A UNAC ajuda-te no teu sustento?
- 7a) Se sim, como?

V. SECCAO: Contribuição da UNAC na vida dos seus membros?

10. Acha que a UNAC contribui para o seu bem-estar?
- 10 a) Se sim, como?